

**DISPENSA Nº016/2024 – LEI Nº 14.133/2021 PROCESSO
ADMINISTRATIVO Nº 0304.01/2024**

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
ART. Nº 75, II, LEI 14.133/2021**

CONTRATANTE:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LAGOA GRANDE DO
MARANHÃO-MA.

OBJETO:

Seleção de proposta visando à contratação de empresa especializada na SERVIÇOS de Gerenciamento Software e Diário Escolar On-line e Off-Line atualizado com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e DCTMA (Documento Curricular do Território Maranhense), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Lagoa Grande do Maranhão-MA.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 56.924,00 (cinquenta e seis mil, novecentos e vinte e quatro reais)

LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS:

29/04/2024, às 10:00 horas

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:

SIM

SUMÁRIO

| | |
|---|---|
| 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA | 3 |
| 2. DA ESPECIFICAÇÃO E DO VALAOR ESTIMADO | 3 |
| 3.DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS | 4 |
| 4. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA | 4 |
| 5. DO PRAZO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS | 4 |
| 6. DA HABILITAÇÃO | 5 |
| 7. PROPOSTA DE PREÇO | 6 |
| 8. PAGAMENTO | 6 |
| 9. DISPOSIÇÕES GERAIS | 6 |
| 10. ANEXOS | 8 |

DISPENSA Nº016/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº0304.01/2024
BASE LEGAL: – LEI Nº 14.133/2021, ART. Nº 75, II.

Torna-se público que a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO/MA, por meio do SETOR DE CONTRATAÇÃO, realizará Dispensa de Licitação em razão do valor, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, na hipótese do art. 75, inciso **II**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

| | |
|---|--|
| DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO: | DIA 29/04/2024, ÀS 10:00 h |
| REFERÊNCIAS DE HORÁRIO: | HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO: | cpl@lagoagrande.ma.gov.br |

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a Seleção de proposta visando à contratação de empresa especializada na SERVIÇOS de Gerenciamento Software e Diário Escolar On-line e Off-Line atualizado com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e DCTMA (Documento Curricular do Território Maranhense), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Lagoa Grande-MA. Conforme e quantitativos estabelecidos no Edital da Dispensa de Licitação identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. A contratação será dividida em itens, conforme tabela constante abaixo.

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QUANT. | MÉDIA UNITÁRIA | VALOR TOTAL ESTIMADO |
|------|--|-----|--------|----------------|----------------------|
| 1 | SERVIÇOS de Gerenciamento Software e Diário Escolar On-line e Off-Line atualizado com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e DCTMA (Documento Curricular do Território Maranhense). | Mês | 8 | 7.115,50 | 56.924,00 |

1.3. O critério de julgamento adotado será o *menor preço por item*, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4 SERVIÇOS CONTEMPLADOS

1.4.1 SEGURANÇA

a) Prover o controle efetivo do uso do sistema, oferecendo total segurança contra a violação dos dados dos acessos indevidos às informações, através do uso de senhas, permitindo configuração das permissões de acesso individualizadas por usuário e função.

b) O sistema deverá prover segurança de acesso ao seu banco de dados através de rígido controle de autorizações do sistema gerenciador de banco de dados (SGBD).

c) Controlar permissões de acesso ao usuário, vinculando-o a perfis de acesso que controlem permissões para: consulta, alteração, inclusão, exclusão, e outras operações.

1.4.2 DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

1.4.2.1 Todo Sistema, deve estar respaldado e atender todos os valores e exigências da Lei 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD):

a) A LGPD dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, com o objetivo de proteger os dados pessoais; o respeito à privacidade; a autodeterminação informativa; a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião; a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem.

b) O Sistema Escolar deve fazer valer a legislação, possibilitando: I: rastreamento e lastro de atividades no sistema; II: exposição de dados do aluno, mediante autorização no termo de uso dos responsáveis (caso seja menor de idade); III: segurança contra exposição de dados e criptografia de dados; IV: plano de respostas a incidentes de segurança em dados pessoais.

1.4.2.2 O Software *Online* deverá proporcionar o desenvolvimento da cultura digital junto a todas as escolas da rede de educação do município, contemplando todos os anos e séries de ensino básico, sendo uma ferramenta digital utilizada por gestores, coordenadores, supervisores escolares, professores e alunos, sendo acessada através da Internet através de um endereço eletrônico. A execução dos serviços e das utilidades da plataforma deverá permitir o desenvolvimento e realização de ações/trabalhos que envolvem processos de ensino-aprendizagem e de gestão escolar.

1.4.2.3 As partes comprometem-se a restringir o acesso aos Dados Pessoais decorrentes do presente contrato aos (às) servidores (as) e/ou colaboradores envolvidos nas atividades, assim como quaisquer processos decorrentes desse, com atuação condicionada ao conhecimento prévio e estrita observância das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.

1.4.3 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 1.4.3.1 Apresentar e atender a todas as exigências relativas à documentação exigida e atender as características mínimas do Sistema Diário on-line e off-line;
- 1.4.3.2 Características mínimas do Sistema Diário on-line e Off-line, Sistema de Avaliação diagnóstica com leitor QR-code a Secretaria Municipal de Educação de Lagoa Grande-MA:
 - 1.4.3.2.1 Disponibilizar os seguintes níveis de acesso: Prefeito Municipal, Secretário Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Educação (SEMED), Nutricionista, Psicólogo, Gestor, Coordenador Pedagógico, Professor, Agente Administrativo.
 - 1.4.3.2.2 Permitir acesso permanente ao sistema relativo aos anos letivos contratados.
 - 1.4.3.2.3 Estar disponível 24x7 (vinte quatro horas por dia, sete dias por semana);
 - 1.4.3.2.4 Permitir Integração/atualizações das informações no servidor central da SEMED de forma automáticas ou manuais.
 - 1.4.3.2.5 Permitir o acompanhamento da movimentação de matrículas, frequências e rendimentos dos alunos da rede municipal pela equipe da SEMED.

1.4.5 Contemplar o Módulo de Acesso Público:

- 1.4.5.1 Permitir acesso público/livre disponibilizando assim acesso ao mesmo para que possam efetivar suas matrículas e rematrículas;
- 1.4.6 Disponibilizar mapas de localizações das escolas durante o processo de matrículas e rematrículas online por meio do aplicativo.
- 1.4.7 Ambiente personalizado para cadastro de alunos novos (matrícula).
- 1.4.8 Disponibilizar um acesso rápido ao boletim escolar sem necessidade de usuário e senha.
- 1.4.9 Disponibilizar um formulário de verificação de documentos autênticos emitidos pelo próprio sistema, bem como, declarações, ocorrências, certificados entre outros.
- 1.4.10 Acesso à carteirinha digital dos alunos e profissionais da educação.
- 1.4.11 Formulário de acesso livre para público informar alunos fora da escola, possibilitando assim ativar a SEMED para tomar as devidas providências.

1.4.6 Contemplar Leitor Qr-code

- 1.4.6.1 Permitir leitura Qr-code para fins de validade e autenticidade em declarações, transferências, certificados, atas e boletins, avaliação diagnosticas.

1.4.7 Contemplar o Módulo Diário de Classe Eletrônico

- 1.4.7.1 Controle de frequência dos alunos, registro de conteúdos e controle de ocorrências dos alunos.
- 1.4.7.2 Permitir o acompanhamento dos alunos gerando informações para os órgãos de controle de programas sociais, em especial ao Bolsa Família do Governo Federal.
- 1.4.7.3 Atender as orientações do Conselho nacional de Educação, onde indica que as avaliações da educação infantil e do ciclo de alfabetização do ensino fundamental ocorram através de conceitos e/ou parecer.
- 1.4.7.4 Controle de Avaliações por notas, conceitos e relatórios.
- 1.4.7.5 Permitir aos professores Planejamentos na própria plataforma de forma de buscas automáticas aos dados da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA), possibilitando um maior aproveitamento na hora pedagógica reduzindo o processo e otimizando a produção de dados atualizados com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA).
- 1.4.7.6 Conceder PDF de todas as atividades registradas pelos professores bem como, planejamentos e todo diário do período.
- 1.4.7.7 Permitir o envio de mensagens/notificações aos alunos/pais/responsáveis e docentes via whatsapp ou pelo próprio aplicativo on-line e off-line.
- 1.4.7.8 Permitir aos docentes adicionar/editar/excluir dados de forma on-line e off-line, possibilitando assim maior aproveitamento da hora pedagógica/atividade reduzindo processos e otimizando a produção de dados, principalmente para as escolas de difícil acesso à internet.
- 1.4.7.9 Acessos disponibilizados por meios de Notebooks, tablets e celulares.
- 1.4.7.10 Permitir as configurações das escolas para seguir os critérios da SEMED no modelo de processo de movimentação de dados dos diários, seguindo os seguintes formatos: 1º Planejamentos, 2º Conteúdos e Frequências, 3º Avaliações/Relatórios.
- 1.4.7.11 Controle para verificar a autenticidade dos conteúdos de acordo com os planejamentos.
- 1.4.7.12 Disponibilizar aos Coordenadores Pedagógicos controle aos planejamentos e registros de conteúdos e frequências dos professores, a fim de confirmá-los e liberá-los para o uso dos mesmos.
- 1.4.8 Conceder acesso aos alunos para acompanhamentos das atividades escolares bem como, Agenda escolar, Conteúdos, Frequências, Notas, Médias e dados relacionados a turma.
- 1.4.9 Conceder acesso aos responsáveis do aluno para acompanhamentos das atividades escolares bem como, Agenda escolar, Conteúdos, Frequências, Notas, Médias e dados relacionados a turma.

1.5 CONTEMPLAR O MÓDULO ACADÊMICO.

- 1.5.1 Proporcionar maior integridade dos dados evitando duplicidades de matrículas e erros clássicos na apuração de notas. Permitir o acesso a informações que permitem decisões gerenciais com maior brevidade.
- 1.5.2 Calendário Escolar, Grade Curricular, Horário de aula, Documentações, Estatísticas e Relatórios em PDF.
- 1.5.3 Permitir a emissão de documentos como a Ficha de Matrícula até o Certificado de Conclusão, diminuindo custos com trabalhos manuais repetitivos e não mais necessitando de pré-impressão gráfica, como Diário de Classe, Boletins, Fichas Individuais e Históricos Escolares.
- 1.5.4 Atender a Educação Infantil, Ensino de 8 e 9 anos, EJA, Atividades Complementares, AEE e Dependências.
- 1.5.5 Proporcionar ao Gestor e Agente Administrativo o cadastro de docentes, alunos e pais de forma simples ou completa, possibilitando no final a impressão da ficha de cadastramento.
- 1.5.6 A Educação Infantil, o Ensino de 8 e 9 anos com pareceres e relatórios atendendo as conformidades da Lei das Diretrizes Básicas da Educação.
- 1.5.7 Auxiliar o planejamento de diversas políticas públicas, bem como o acompanhamento do rendimento dos alunos e docentes possibilitando assim intervenções no processo de ensino/aprendizagem buscando a melhoria dos resultados.
- 1.5.8 Relatórios do processo de matrícula acompanhado em tempo real;
- 1.5.9 Permitir gerar Boletim, Histórico Escolar e Ata final;

1.6 CONTEMPLAR O MÓDULO CENSO ESCOLAR

- 1.6.1 Permitir a Importação e Exportação contidas no banco de dados da SEMED, garantindo que sejam as mesmas prestadas aos órgãos de controle.
- 1.6.2 Proporcionar modelos de exportação em formatos de planilhas Excel.

1.7 CONTEMPLAR ACESSO ON-LINE E OFF-LINE

- 1.7.1 Permitir aos usuários ter acesso aos dados de forma on-line e off-line através do uso de aplicativo disponibilizados nas lojas de aplicativos de forma gratuita.
- 1.7.2 Permitir a sincronização dos devidos dados inseridos/editados de forma off-line ao conectar à internet, possibilitando os dados a chegar ao banco de dados da SEMED.

1.8 CONTEMPLAR ACESSO A SEMED E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- 1.8.1 Permitir a Secretaria Municipal de Educação total acesso a todas as informações das escolas, como Alunos, Docentes, Planejamentos, Diários, Atas, Boletim e Certificados.

- 1.8.2 Permitir gerar estatísticas e relatórios por escola ou geral, preferencialmente, deve possuir funcionalidades de apresentação de indicadores em modelos gráficos para facilitar a visualização dos gestores da SEMED de Lagoa Grande do Maranhão-MA.
- 1.8.3 Permitir o cadastro de materiais digitais que podem ser visualizados e utilizados pelos professores.
- 1.8.4 Conceder uma ferramenta avançada de busca rápida de Alunos e docentes de toda rede Municipal de Lagoa Grande do Maranhão-MA.
- 1.8.5 Permitir relatórios de Merenda escolar, busca ativa, Patrimônio Escolar e Almoxarifado.
- 1.8.6 Permitir ferramenta de busca de docentes, alunos ativos, desistentes, transferidos, falecidos e inativos na rede municipal de educação de Lagoa Grande do Maranhão-MA.

1.9 CONTEMPLAR ACESSO AO PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO-MA

- 1.9.1 Permitir gerar estatísticas e relatórios por escola ou geral, deve possuir funcionalidades de apresentação de indicadores em modelos gráficos para facilitar a visualização.
- 1.9.2 Permitir relatórios de Merenda escolar, Busca ativa, Patrimônio Escolar e Almoxarifado.
- 1.9.3 Permitir ferramenta de busca de docentes ativos e inativos na rede municipal de educação de Lagoa Grande do Maranhão-MA.

1.10 CONTEMPLAR O MÓDULO CARTEIRA FUNCIONAL DIGITAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.

- 1.10.1** Permitir e Gerar a Carteira funcional dos profissionais da educação com dados pessoais e profissionais;
- 1.10.2** Permitir a validação da Carteira funcional pelo próprio sistema;
- 1.10.3** Permitir a renovação a cada ano de forma automática;
- 1.10.4** Gerar código Qr Code para verificação e autenticação da Carteira Funcional;
- 1.10.5** Permitir os Profissionais a inserir uma foto tipo 3X4 na Carteira Funcional;

2. DA ESPECIFICAÇÃO E DO VALOR ESTIMADO

2.1. O valor global estimado para a presente contratação é R\$ 56.924,00 (cinquenta e seis mil, novecentos e vinte e quatro reais) e, resultante de pesquisa de mercado efetuada pela Administração, que será considerado valor máximo admissível para a contratação.

2.2. Com base na pesquisa supracitada, deverá observar os preços unitários máximos dos itens que compõem a contratação, conforme indicados no item 1 do Termo de Referência, anexo I deste edital.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento geral do Município para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

ÓRGÃO: 14 – Manutenção do Desenv. do Ensino - MDE
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 1401 – Manutenção do Desenv. do Ensino - MDE
FUNÇÃO: 12 – Educação
SUB FUNÇÃO: 122 – Administração Geral
PROGRAMA: 0021 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação
PROJETO ATIVIDADE: 2.058 – Manutenção e Atividades do MDE
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 – Outros Serv. de Terceiros Pessoa Jurídica
FONTE DE RECURSO: 1500100100 – Receita de Imposto e Trans. – Educação

ÓRGÃO: 04 – Secretaria Municipal de Educação
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 0401 – Secretaria Municipal de Educação
FUNÇÃO: 12 – Educação
SUB FUNÇÃO: 122 – Administração Geral
PROGRAMA: 0002 – Apoio Administrativo
PROJETO ATIVIDADE: 2.009 – Manutenção e Func. da Sec. Municipal de Educação
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 – Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica
FONTE DE RECURSO: 1500100100 – Receita de Imposto e Transf. - Educação

4. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA

4.1 Poderão participar do processo os interessados estabelecidos no País, que atendam a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto pretendido.

4.2 Não poderão participar desta Dispensa de Licitação os interessados:

- a) Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.
- b) Que não atendam às condições deste Edital e Termo de Referência;
- c) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- d) Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/21;
- e) Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Pública Municipal, ou, ainda, penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública, nas hipóteses previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/21.

5. DO PRAZO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO

5.1. O presente CHAMAMENTO PÚBLICO ficará ABERTO POR UM PERÍODO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, a partir da data de publicação do AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, no site, sendo que os documentos de habilitação, e as propostas de preços

deverão ser encaminhados ao email: cpl@lagoagrande.ma.gov.br preferencialmente fazendo referência a DISPENSA N°016/2024.

5.2. Limite para apresentação da Proposta de Preços: **29/04/2024 às 10:00h.**

5.3. Os documentos de habilitação somente serão solicitados do interessado que apresentar proposta mais vantajosa.

5.3.1. Os documentos de habilitação poderão ser encaminhados via e-mail: cpl@lagoagrande.ma.gov.br fazendo referência a DISPENSA 016/2024 ou entregue na comissão de contratação da Prefeitura Municipal de Lagoa grande do Maranhão – MA.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do Anexo I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO do Termo de Referência e serão solicitados do FORNECEDOR mais bem classificado.

6.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza não contenham validade.

7. PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. A proposta de preços deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.

7.2. Prazo de validade de proposta não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação, sendo facultado aos proponentes estender tal validade por prazo superior.

7.3. A proposta de preços que não estiver em consonância com as exigências deste Edital será desconsiderada julgando-se pela desclassificação;

7.4. Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal 14.133/2021.

8.2. Para realização dos pagamentos, a contratada deverá manter a regularidades fiscal, social e trabalhista, conforme apresentada durante o processo de habilitação.

8.3 Serão exigidos da contratada a retenção do Imposto de Renda do(s) pagamento(s), cuja alíquota do imposto retida consta no Anexo Único do Decreto Municipal 054 /2023, de 10 de agosto de 2023, com fulcro na IN RFB N° 1.234/2021 ou as que vierem a substituí-las.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1. A contratada não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento das condições para participação desta Dispensa de Licitação.
- 9.2. Poderá esta Coordenadoria de Lagoa Grande do Maranhão-MA, revogar o presente Edital, no todo em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.
- 9.3. A Secretaria Municipal de Educação de Lagoa Grande do Maranhão/MA poderá anular o presente Edital, no todo em parte, caso ocorra ilegalidade, de ofício ou por provocação.
- 9.4. A anulação do procedimento oriundo deste Edital, não gera direito a indenização.
- 9.5. Após a fase de classificação da proposta, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, e desde que aceito pela Secretaria Municipal de Educação do município de Lagoa Grande do Maranhão/MA.
- 9.6. Ao apresentar a proposta de preços, o INTERESSADO declara sob as penalidades da Lei, da inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis por esta CHAMADA PÚBLICA, quer direta ou indiretamente.
- 9.7. A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação integral e irrevogável, por parte do INTERESSADO, das exigências e condições estabelecidas neste Edital e Termo de Referência.
- 9.8. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.
- 9.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, inclui-se o dia do início e do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Secretaria Municipal de Educação do município de Lagoa Grande do Maranhão/MA, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
- 9.10. Compõem este Edital, além condições específicas, os seguintes documentos:
- 9.10.1. ANEXO I - Termo de Referência
 - 9.10.2. ANEXO II - Modelo Proposta de Preços;
 - 9.10.3. ANEXO III - Declaração de atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da CF;
 - 9.10.4. ANEXO IV - Declaração de reserva de cargos PcD, consoante art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021;
 - 9.10.5. ANEXO V - Declaração impedimentos do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;
 - 9.10.6. ANEXO VI - Minuta do Contrato.

Lagoa Grande do Maranhão-MA, 23 de abril de 2024

Damião Vieira de Alençar
Secretário Municipal de Educação
Portaria: 035/2024

**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**

DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na SERVIÇOS de Gerenciamento Software e Diário Escolar On-line e Off-Line atualizado com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e DCTMA (Documento Curricular do Território Maranhense), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Lagoa Grande-MA. Conforme e quantitativos estabelecidos no Edital da Dispensa de Licitação identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QUANT. | MÉDIA UNITÁRIA | VALOR TOTAL ESTIMADO |
|------|--|-----|--------|----------------|----------------------|
| 1 | SERVIÇOS de Gerenciamento Software e Diário Escolar On-line e Off-Line atualizado com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e DCTMA (Documento Curricular do Território Maranhense). | MÊS | 8 | 7.115,50 | 56.924,00 |

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme DECRETO MUNICIPAL N°40, ARTIGO 2º, INCISO I DE 9/01/2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 8 (oito) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.

1.4. O custo estimado total da contratação é de R\$ 56.924,00 (cinquenta e seis mil, novecentos e vinte e quatro reais) conforme custos unitários apostos na tabela acima.

1.5 SERVIÇOS CONTEMPLADOS

1.5.1 SEGURANÇA

a) Prover o controle efetivo do uso do sistema, oferecendo total segurança contra a violação dos dados dos acessos indevidos às informações, através do uso de senhas, permitindo configuração das permissões de acesso individualizadas por usuário e função.

b) O sistema deverá prover segurança de acesso ao seu banco de dados através de rígido controle de autorizações do sistema gerenciador de banco de dados (SGBD).

c) Controlar permissões de acesso ao usuário, vinculando-o a perfis de acesso que controlem permissões para: consulta, alteração, inclusão, exclusão, e outras operações.

1.5.2 DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

1.5.2.1 Todo Sistema, deve estar respaldado e atender todos os valores e exigências da Lei 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD):

a) A LGPD dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, com o objetivo de proteger os dados pessoais; o respeito à privacidade; a autodeterminação informativa; a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião; a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem.

b) O Sistema Escolar deve fazer valer a legislação, possibilitando: I: rastreamento e lastro de atividades no sistema; II: exposição de dados do aluno, mediante autorização no termo de uso dos responsáveis (caso seja menor de idade); III: segurança contra exposição de dados e criptografia de dados; IV: plano de respostas a incidentes de segurança em dados pessoais.

1.5.2.2 O Software *Online* deverá proporcionar o desenvolvimento da cultura digital junto a todas as escolas da rede de educação do município, contemplando todos os anos e séries de ensino básico, sendo uma ferramenta digital utilizada por gestores, coordenadores, supervisores escolares, professores e alunos, sendo acessada através da Internet através de um endereço eletrônico. A execução dos serviços e das utilidades da plataforma deverá permitir o desenvolvimento e realização de ações/trabalhos que envolvem processos de ensino-aprendizagem e de gestão escolar.

1.5.2.3 As partes comprometem-se a restringir o acesso aos Dados Pessoais decorrentes do presente contrato aos (às) servidores (as) e/ou colaboradores envolvidos nas atividades, assim como quaisquer processos decorrentes desse, com atuação condicionada ao conhecimento prévio e estrita observância das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.

1.5.3 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

1.5.3.1 Apresentar e atender a todas as exigências relativas à documentação exigida e atender as características mínimas do Sistema Diário on-line e off-line;

1.5.3.2 Características mínimas do Sistema Diário on-line e Off-line, Sistema de Avaliação diagnóstica com leitor QR-code a Secretaria Municipal de Educação de Lagoa Grande do Maranhão-MA:

1.5.3.2.1 Disponibilizar os seguintes níveis de acesso: Prefeito Municipal, Secretário Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Educação (SEMED), Nutricionista, Psicólogo, Gestor, Coordenador Pedagógico, Professor, Agente Administrativo.

1.5.3.2.2 Permitir acesso permanente ao sistema relativo aos anos letivos contratados.

1.5.3.2.3 Estar disponível 24x7 (vinte quatro horas por dia, sete dias por semana);

1.5.3.2.4 Permitir Integração/atualizações das informações no servidor central da SEMED de forma automáticas ou manuais.

1.5.3.2.5 Permitir o acompanhamento da movimentação de matrículas, frequências e rendimentos dos alunos da rede municipal pela equipe da SEMED.

1.5.5 Contemplar o Módulo de Acesso Público:

- 1.5.5.1 Permitir acesso público/livre disponibilizando assim acesso ao mesmo para que possam efetivar suas matrículas e rematrículas;
- 1.5.6 Disponibilizar mapas de localizações das escolas durante o processo de matrículas e rematrículas online por meio do aplicativo.
- 1.5.7 Ambiente personalizado para cadastro de alunos novos (matrícula).
- 1.5.8 Disponibilizar um acesso rápido ao boletim escolar sem necessidade de usuário e senha.
- 1.5.9 Disponibilizar um formulário de verificação de documentos autênticos emitidos pelo próprio sistema, bem como, declarações, ocorrências, certificados entre outros.
- 1.5.10 Acesso à carteirinha digital dos alunos e profissionais da educação.
- 1.5.11 Formulário de acesso livre para público informar alunos fora da escola, possibilitando assim ativar a SEMED para tomar as devidas providências.

1.5.6 Contemplar Leitor Qr-code

- 1.5.6.1 Permitir leitura Qr-code para fins de validade e autenticidade em declarações, transferências, certificados, atas e boletins, avaliação diagnosticas.

1.5.7 Contemplar o Módulo Diário de Classe Eletrônico

- 1.5.7.1 Controle de frequência dos alunos, registro de conteúdos e controle de ocorrências dos alunos.
- 1.5.7.2 Permitir o acompanhamento dos alunos gerando informações para os órgãos de controle de programas sociais, em especial ao Bolsa Família do Governo Federal.
- 1.5.7.3 Atender as orientações do Conselho nacional de Educação, onde indica que as avaliações da educação infantil e do ciclo de alfabetização do ensino fundamental ocorram através de conceitos e/ou parecer.
- 1.5.7.4 Controle de Avaliações por notas, conceitos e relatórios.
- 1.5.7.5 Permitir aos professores Planejamentos na própria plataforma de forma de buscas automáticas aos dados da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA), possibilitando um maior aproveitamento na hora pedagógica reduzindo o processo e otimizando a produção de dados atualizados com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA).
- 1.5.7.6 Conceder PDF de todas as atividades registradas pelos professores bem como, planejamentos e todo diário do período.
- 1.5.7.7 Permitir o envio de mensagens/notificações aos alunos/pais/responsáveis e docentes via whatsapp ou pelo próprio aplicativo on-line e off-line.

- 1.5.7.8 Permitir aos docentes adicionar/editar/excluir dados de forma on-line e off-line, possibilitando assim maior aproveitamento da hora pedagógica/atividade reduzindo processos e otimizando a produção de dados, principalmente para as escolas de difícil acesso à internet.
- 1.5.7.9 Acessos disponibilizados por meios de Notebooks, tablets e celulares.
- 1.5.7.10 Permitir as configurações das escolas para seguir os critérios da SEMED no modelo de processo de movimentação de dados dos diários, seguindo os seguintes formatos: 1º Planejamentos, 2º Conteúdos e Frequências, 3º Avaliações/Relatórios.
- 1.5.7.11 Controle para verificar a autenticidade dos conteúdos de acordo com os planejamentos.
- 1.5.7.12 Disponibilizar aos Coordenadores Pedagógicos controle aos planejamentos e registros de conteúdos e frequências dos professores, a fim de confirmá-los e liberá-los para o uso dos mesmos.
- 1.5.8 Conceder acesso aos alunos para acompanhamentos das atividades escolares bem como, Agenda escolar, Conteúdos, Frequências, Notas, Médias e dados relacionados a turma.
- 1.5.9 Conceder acesso aos responsáveis do aluno para acompanhamentos das atividades escolares bem como, Agenda escolar, Conteúdos, Frequências, Notas, Médias e dados relacionados a turma.

1.6 CONTEMPLAR O MÓDULO ACADÊMICO.

- 1.10.6 Proporcionar maior integridade dos dados evitando duplicidades de matrículas e erros clássicos na apuração de notas. Permitir o acesso a informações que permitem decisões gerenciais com maior brevidade.
- 1.10.7 Calendário Escolar, Grade Curricular, Horário de aula, Documentações, Estatísticas e Relatórios em PDF.
- 1.10.8 Permitir a emissão de documentos como a Ficha de Matrícula até o Certificado de Conclusão, diminuindo custos com trabalhos manuais repetitivos e não mais necessitando de pré-impressão gráfica, como Diário de Classe, Boletins, Fichas Individuais e Históricos Escolares.
- 1.10.9 Atender a Educação Infantil, Ensino de 8 e 9 anos, EJA, Atividades Complementares, AEE e Dependências.
- 1.10.10 Proporcionar ao Gestor e Agente Administrativo o cadastro de docentes, alunos e pais de forma simples ou completa, possibilitando no final a impressão da ficha de cadastramento.
- 1.10.11 A Educação Infantil, o Ensino de 8 e 9 anos com pareceres e relatórios atendendo as conformidades da Lei das Diretrizes Básicas da Educação.
- 1.10.12 Auxiliar o planejamento de diversas políticas públicas, bem como o acompanhamento do rendimento dos alunos e docentes possibilitando assim intervenções no processo de ensino/aprendizagem buscando a melhoria dos resultados.
- 1.10.13 Relatórios do processo de matrícula acompanhado em tempo real;

1.10.14 Permitir gerar Boletim, Histórico Escolar e Ata final;

1.11 CONTEMPLAR O MÓDULO CENSO ESCOLAR

1.11.1 Permitir a Importação e Exportação contidas no banco de dados da SEMED, garantindo que sejam as mesmas prestadas aos órgãos de controle.

1.11.2 Proporcionar modelos de exportação em formatos de planilhas Excel.

1.12 CONTEMPLAR ACESSO ON-LINE E OFF-LINE

1.12.1 Permitir aos usuários ter acesso aos dados de forma on-line e off-line através do uso de aplicativos disponibilizados nas lojas de aplicativos de forma gratuita.

1.12.2 Permitir a sincronização dos devidos dados inseridos/editados de forma off-line ao conectar à internet, possibilitando os dados a chegar ao banco de dados da SEMED.

1.13 CONTEMPLAR ACESSO A SEMED E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1.13.1 Permitir a Secretaria Municipal de Educação total acesso a todas as informações das escolas, como Alunos, Docentes, Planejamentos, Diários, Atas, Boletim e Certificados.

1.13.2 Permitir gerar estatísticas e relatórios por escola ou geral, preferencialmente, deve possuir funcionalidades de apresentação de indicadores em modelos gráficos para facilitar a visualização dos gestores da SEMED de Lagoa Grande do Maranhão-MA.

1.13.3 Permitir o cadastro de materiais digitais que podem ser visualizados e utilizados pelos professores.

1.13.4 Conceder uma ferramenta avançada de busca rápida de Alunos e docentes de toda rede Municipal de Lagoa Grande do Maranhão-MA.

1.13.5 Permitir relatórios de Merenda escolar, busca ativa, Patrimônio Escolar e Almoxarifado.

1.13.6 Permitir ferramenta de busca de docentes, alunos ativos, desistentes, transferidos, falecidos e inativos na rede municipal de educação de Lagoa Grande do Maranhão-MA.

1.14 CONTEMPLAR ACESSO AO PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO-MA

1.14.1 Permitir gerar estatísticas e relatórios por escola ou geral, deve possuir funcionalidades de apresentação de indicadores em modelos gráficos para facilitar a visualização.

1.14.2 Permitir relatórios de Merenda escolar, Busca ativa, Patrimônio Escolar e Almoxarifado.

1.14.3 Permitir ferramenta de busca de docentes ativos e inativos na rede municipal de educação de Lagoa Grande do Maranhão-MA.

1.15 CONTEMPLAR O MÓDULO CARTEIRA FUNCIONAL DIGITAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.

- 1.15.1** Permitir e Gerar a Carteira funcional dos profissionais da educação com dados pessoais e profissionais;
- 1.15.2** Permitir a validação da Carteira funcional pelo próprio sistema;
- 1.15.3** Permitir a renovação a cada ano de forma automática;
- 1.15.4** Gerar código Qr Code para verificação e autenticação da Carteira Funcional;
- 1.15.5** Permitir os Profissionais a inserir uma foto tipo 3X4 na Carteira Funcional;

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/21)

2.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

2.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

2.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

3. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

3.1. Os produtos serão entregues conforme solicitado na ordem de serviço.

3.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (1) dia de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Avenida 1º de Maio, S/N – CENTRO Lagoa Grande do Maranhão – MA CEP: 65718-000.

3.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, imediatamente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

3.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados

do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

3.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

4.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

4.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

4.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

4.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

4.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

4.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

4.9. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

4.10. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

4.11. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

5. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

5.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

5.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da contratada prestadora de serviços e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das contratadas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

5.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

5.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

5.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

5.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

5.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

5.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

5.12.1. Habilitação Jurídica:

5.12.1.1 Os documentos referentes a habilitação jurídica são os constantes do Anexo I deste Termo de Referência.

6. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

ÓRGÃO: 14 – Manutenção do Desenv. do Ensino - MDE
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 1401 – Manutenção do Desenv. do Ensino - MDE
FUNÇÃO: 12 – Educação
SUB FUNÇÃO: 122 – Administração Geral
PROGRAMA: 0021 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação
PROJETO ATIVIDADE: 2.058 – Manutenção e Atividades do MDE
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 – Outros Serv. de Terceiros Pessoa Jurídica
FONTE DE RECURSO: 1500100100 – Receita de Imposto e Trans. – Educação

ÓRGÃO: 04 – Secretaria Municipal de Educação
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 0401 – Secretaria Municipal de Educação
FUNÇÃO: 12 – Educação
SUB FUNÇÃO: 122 – Administração Geral
PROGRAMA: 0002 – Apoio Administrativo
PROJETO ATIVIDADE: 2.009 – Manutenção e Func. da Sec. Municipal de Educação



CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 – Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica
FONTE DE RECURSO: 1500100100 – Receita de Imposto e Transf. - Educação

ANEXO I A –
TERMO DE REFERÊNCIA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. Previamente à celebração do contrato

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

e b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

2. Habilitação:

2.1. Para habilitação desta Dispensa de Licitação será exigida a seguinte documentação:

2.1.1. Habilitação Jurídica

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito;

2.1.2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Em se tratando de Microempreendedor individual — MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;

c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

d) Certidão Conjunta Negativa de Débitos, relativa a tributos federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais, conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN de nº 1.751/2014;

e) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do INTERESSADO. (CND E CNDA).

f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do INTERESSADO (CND E CNDA);

g) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação/CRF;

h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

i) Declaração de que não permite o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme modelo ANEXO III.

2.1.3. Habilitação Econômico-financeira

a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor do da sede da licitante.

2.1.4. Habilitação de Qualificação Técnica

a) Comprovação de aptidão mediante apresentação de Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do INTERESSADO, referente à execução o objeto da pretensa contratação.

2.1.5. Documentação Complementar de Habilitação

a) Declaração de Reserva de Cargos para pessoas com deficiência, conforme modelo ANEXO IV;

b) Declaração de que não está incurso nos impedimentos de que trata o art.14 da Federal nº 14.133/2021, conforme modelo ANEXO V;

c) Certidões Negativas de Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Públicas - CNE

**ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

Ao
Presidente da Coordenadoria Municipal de Licitação
Prefeitura Municipal de Lagoa Grande do Maranhão (MA)
Assunto: Proposta de Preços ref. ao DISPENSA N°XX/2024

| | | |
|--------------------------------------|----------|------------|
| DADOS DO CONTRATADO | | |
| P/ ASSINATURA DA ATA/CONTRATO | | |
| NOME COMPLETO: | | |
| RG: | EMISSOR: | CPF |
| ENDEREÇO: | CEP: | MUNICÍPIO: |
| TELEFONES: | E-MAIL: | |
| DADOS DA BANCÁRIO | | |
| BANCO | AGÊNCIA | C/C: |

Apresentamos a Presidente da Comissão de Contratação, nossa proposta referente a contratação de Pessoa Jurídica para xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, para atender as necessidades do....., conforme edital de dispensa e Termo de Referência. Segue proposta com descrição dos itens na planilha abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QTDE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|-----------|-----|------|----------------|-------------|
| 1 | | | | | |

Valor total R\$ _____ (_____).

Nossa proposta tem preço total de R\$=.....(valor numérico e por extenso).

Condições de Pagamento: _____

Prazo de Entrega: _____

Validade da Proposta: _____

Declaro para fins de participação na DISPENSA N° ____/2024 que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto da presente dispensa, bem como as despesas de transporte e entrega dos produtos.

Localidade, data, mês e ano

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF.

DISPENSA Nº ____/2024

OBJETO:

Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Localidade, data, mês e ano

Assinatura

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PcD, CONSOANTE ART. 92 DA LEI
FEDERAL N° 14.133/2021.

DISPENSA N° ____/2024

OBJETO: Seleção de proposta visando à contratação de empresa especializada na SERVIÇOS de Gerenciamento Software e Diário Escolar On-line e Off-Line atualizado com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e DCTMA (Documento Curricular do Território Maranhense), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Lagoa Grande-MA.

_____ declara para os devidos fins licitatórios que cumpre as exigências de reserva de cargos para Pessoa com Deficiência — PcD, para Reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, em atenção ao art. 92, inciso XVII da Lei n° 14.133/2021.

Localidade, data, mês e ano

Assinatura

ANEXO V
DECLARAÇÃO IMPEDIMENTOS DO ART. 14 DA LEI FEDERAL N° 14.133/2021.

DISPENSA N° ____/2024

OBJETO: Seleção de proposta visando à contratação de empresa especializada na SERVIÇOS de Gerenciamento Software e Diário Escolar On-line e Off-Line atualizado com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e DCTMA (Documento Curricular do Território Maranhense), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Lagoa Grande-MA.

_____, declara para os devidos fins licitatórios que não incursa nos impedimentos para disputa de licitação ou execução do contrato de que trata o art. 14 da Lei Federal n° 14.133/2021.

Localidade, data, mês e ano

Assinatura

ANEXO VI
MINUTA DO TERMO DE CONTRATO Nº ____/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXX

DISPENSA Nº XXX/XXXX

TERMO DE CONTRATO DE SERVIÇO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO e XXXX.

A Secretaria Municipal de Educação do Município de Lagoa Grande do Maranhão, Estado do Maranhão, com sede na rua xxxxxxxxxxxx, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxx, neste ato representado pelo (**NOME DA AUTORIDADE E CARGO**), e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a XXXX, com endereço na XXXX, CEP XXXX, no Município de XXXX, denominada CONTRATADA, portador da Cédula de Identidade nº XXXX e CPF nº XXXX, tendo em vista o que consta no Processo nº XXXX, e em observância às disposições da Lei Nº 14.133, DE 2021, resolvem celebrar o presente instrumento, decorrente da Dispensa de Licitação nº __/2024, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a contratação de _____, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e no Edital e seus Anexos.

1.2. Objeto da contratação

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD. | UND. | PREÇO UNITÁRIO R\$ | PREÇO TOTAL R\$ |
|------|-------------|------|------|--------------------|-----------------|
| 1 | | | | | |
| | TOTAL GERAL | | | | |

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência que embasou a contratação;
- O Edital de Licitação, a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;
- A Proposta do Contratado;

d). Eventuais anexos dos documentos supracitados

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do presente Contrato será partir da data da assinatura do instrumento, até ___/___/___.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELO DE EXECUÇÃO

3.1. O regime de execução contratual, assim como os prazos e condições de entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.2.3 Serão exigidos da contratada a retenção do Imposto de Renda do(s) pagamento(s), cuja alíquota do imposto retida consta no Anexo Único do Decreto Municipal 054 /2023, de 10 de agosto de 2023, com fulcro na IN RFB N° 1.234/2021 ou as que vierem a substituí-las.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até..... (....) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IGP-M** de correção monetária.

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a contratada para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a). o prazo de validade;
- b). a data da emissão;
- c). os dados do contrato e do órgão contratante;
- d). o período respectivo de execução do contrato;
- e). o valor a pagar; e
- f). eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em xx/xx/2024.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **índice IGP-M**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (Art. 92, X, XI e XIV)

7.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

- a). Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b). Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c). Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d). Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e). Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente a prestação de serviços do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- f). Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- g). Cientificar o órgão de representação judicial da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO/MA para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- h). Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- i). Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias** para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- j). A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. A CONTRATADA obriga-se a:

- a). O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- b). responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c). comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d). Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e). Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f). Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- g). Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- h). Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- i). Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- j). Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- k). Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

l). Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

m). Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

n). Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante

o). Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA (art. 92, XII e XIII)

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES SANÇÕES ADMINISTRATIVAS art. 92, XIV)

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a). der causa à inexecução parcial do contrato;

b). der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c). der causa à inexecução total do contrato;

d). deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e). não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f). não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g). ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h). apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

i). fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j). comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

- k). praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l). praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- m). Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- i) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
 - ii). Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
 - iii). Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- n). Multa:
- i). moratória de 0,5% (cinco décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
 - ii). moratória de 1,0% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - o). O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - iii). compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- p). A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º)
- q). Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- r). Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).
- s). Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

t). Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

u). A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

v). Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º)

i) a natureza e a gravidade da infração cometida;

ii) as peculiaridades do caso concreto;

iii) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

iv) os danos que dela provierem para o Contratante;

v). a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

x). Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

z). A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

a.1) O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

b.2). As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da contratada não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a). Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b). Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c). Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município do exercício de 2024, na dotação abaixo discriminada:

Órgão/Unidade:

Função:

Subfunção:

Programa:

Atividade:

Elemento de Despesa:

Fonte:

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais rege-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Lago da Pedra (MA), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Município de Lagoa Grande do Maranhão (MA), XX de XXXX de XXXX.

Pela CONTRATANTE

Pela CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF nº:

Nome:
CPF nº: